

NOTA DE ABERTURA

Opening Remarks



É com grande satisfação que apresento a Nota de Abertura do Boletim nº 54 da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, correspondente ao segundo semestre de 2023.

Desde o ano académico de 2018/19, quando assumi as funções de Directora Adjunta do Centro de Estudos Jurídicos (CEJ) e Adjunta do Director Executivo do Boletim da Faculdade de Direito (com uma breve interrupção desde o segundo semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2022, devido a exigências académicas), tenho acompanhado de perto o processo de produção e publicação desta revista académica, com especial atenção à melhoria contínua da sua qualidade e da eficiência. Gostaria de expressar o meu sincero agradecimento à Faculdade pela confiança depositada em mim e aos meus colegas pelo seu incansável empenho e colaboração, especialmente ao Professor Manuel Trigo, Director do CEJ e Director Executivo do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

Uma das mudanças mais significativas que implementámos foi a transição do Boletim de uma publicação bilingue para uma edição em língua portuguesa. Esta alteração resultou da necessidade de integrar melhor as nossas actividades de investigação e publicação académica, facilitando também uma maior integração e coesão no desenvolvimento da ciência jurídica no espaço lusófono. Esta modificação tem como principal objetivo fortalecer o Boletim como um veículo de excelência na disseminação de conhecimento jurídico, assegurando o seu alinhamento com os padrões internacionais de investigação e publicação.

Outra inovação importante foi a introdução do sistema de revisão anónima por pares (*peer review*). Esta medida não só elevou significativamente a qualidade dos artigos e o prestígio da publicação, como também incentivou uma maior participação de autores externos e internos na submissão de artigos. A revisão por pares garante um rigoroso escrutínio das contribuições, promovendo um processo mais transparente e assegurando que os artigos publicados reflitam os mais altos padrões académicos. Esta mudança tem sido essencial para aumentar a credibilidade e a relevância do Boletim no cenário jurídico internacional.

Recentemente, temos vindo a promover activamente a digitalização do

Boletim. Os conteúdos têm sido progressivamente disponibilizados no *website* da Faculdade de Direito, na versão em língua portuguesa. Trata-se duma iniciativa que visa ampliar o alcance da nossa revista, tornando-a mais acessível a investigadores e profissionais de todo o mundo lusófono. A digitalização representa não só uma modernização dos nossos processos editoriais, como também promove uma maior difusão dos conteúdos, permitindo uma circulação mais ampla e imediata das nossas publicações. Este avanço facilita o acesso e o intercâmbio de ideias, contribuindo para o enriquecimento da ciência jurídica no espaço lusófono e além.

Como uma das mais antiga de Macau e a única revista jurídica académica em língua portuguesa da Universidade de Macau, o Boletim tem uma longa e rica história, sendo um verdadeiro estandarte da comunidade jurídica académica de Macau. O nosso objectivo é honrar esta tradição, mantendo simultaneamente uma abordagem inovadora. Para o futuro, pretendemos aprofundar a digitalização, ampliar o alcance geográfico e internacional dos artigos, e fomentar um debate académico mais abrangente. O sucesso destas iniciativas dependerá do envolvimento activo de toda a comunidade académica.

Nesta edição, mantemos a estrutura habitual do Boletim. Na secção de “Artigos de Autores Convidados”, apresentamos dois trabalhos de grande interesse: um sobre o interesse processual e outro sobre a participação de sociedades comerciais em concursos públicos. A secção de “Estudos de Pós-graduação” inclui um artigo sobre arbitragem voluntária nos contratos administrativos. A secção “Vária” é particularmente rica neste número, com treze artigos que abordam temas diversos e actuais, desde os desafios da pandemia ao direito público, até às transformações legislativas em vários países lusófonos, passando por questões de direito internacional, protecção de dados e eficiência na administração da justiça, com base em várias das comunicações apresentadas em Língua Portuguesa na Conferência Internacional sobre as Reformas Legais de Macau no Contexto Global - Quatro anos depois: perguntas e respostas durante e após a Pandemia COVID-19, em 2023.

Convido todos os leitores a desfrutarem desta edição do Boletim, que reflecte o dinamismo e a diversidade da investigação jurídica em Macau e no mundo lusófono. Agradeço a todos os autores, revisores e colaboradores que tornaram possível esta publicação.

Macau, 30 de Dezembro de 2023

Jiang Yi Wa (Eva)

